

**ANÁLISE DOS GOVERNOS DE JOÃO GOULART E DILMA ROUSSEFF: INSTABILIDADE  
DA POLÍTICA ECONÔMICA**

Cristian Antonio Bachiega, Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Ponta Grossa

Luiz Philippe dos Santos Ramos, Departamento de Economia, Universidade Estadual de Ponta Grossa

# **ANÁLISE DOS GOVERNOS DE JOÃO GOULART E DILMA ROUSSEFF: INSTABILIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA**

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo analisar a instabilidade da política econômica dos governos do João Goulart (1961-1964) e da Dilma Rousseff (2011-2016). Para isso, buscou-se bibliografia e autores conceituados a respeito da legitimidade e credibilidade da política econômica e do populismo. Pode-se verificar que os governos apresentam certas regularidades na adoção de medidas de recuperação da economia e de apoio. Partindo do levantamento bibliográfico, percebe-se a necessidade dos governos de convencer os agentes econômicos através de políticas econômicas consideradas austeras, em busca pela credibilidade do governo. O trabalho foi organizado de modo a primeiro apresentar a contextualização do cenário econômico anteriores aos governos e a teoria em torno da credibilidade da política econômica; posteriormente caracterizar a conjuntura política econômica do governo de João Goulart e Dilma Rousseff e por fim identificar qual a relação entre os governos e o processo da destituição de seus mandatos.

**Palavras-chave:** João Goulart, Dilma Rousseff, Economia, Política.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the instability of the economic policy of the governments of João Goulart (1961-1964) and Dilma Rousseff (2011-2016). For this, we sought bibliographical and authoritative authors on the legitimacy and credibility of economic policy and populism. It can be seen that governments have certain regularities in adopting measures of economic recovery and support. Starting from the bibliographical survey, one perceives the need of the governments to convince the economic agents through economic policies considered austere, in search of the credibility of the government. The work was organized in order to first present the contextualisation of the economic scenario before the governments and the theory about the credibility of the economic policy; later characterize the political economic conjuncture of the government of João Goulart and Dilma Rousseff and finally to identify the relationship between the governments and the process of dismissal of their mandates.

**Keywords:** João Goulart, Dilma Rousseff, Economy, Policy.

## **Área 2 - Desenvolvimento Econômico**

**Classificação JEL:** O11

O objetivo do presente trabalho consiste em compreender a instabilidade econômica dos governos de João Goulart e Dilma Rousseff, bem como os fatores que desencadearam o golpe de 1964 e o *impeachment* de 2016. Para estabelecer o paralelo entre o período político de ambos os governantes, optou-se por organizar este artigo de forma a primeiramente apresentar o governo de Goulart, abordando tanto o parlamentarismo, quanto a retomada do presidencialismo. Na sequência os dois mandatos da presidenta Dilma serão explorados, indicando o cenário de crise em que o país se encontrava. Por fim, será realizada a análise da relação entre a administração dos dois Chefes do Executivo, indicando especialmente as condições semelhantes que os tiraram do poder de modo involuntário e os prejuízos decorrentes à democracia.

## **1. DA POSSE AO GOLPE: O CONTEXTO CONFLITUOSO DO GOVERNO DE JOÃO GOULART**

O país é surpreendido com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, instaurando dentro da política brasileira um verdadeiro caos. A sucessão trouxe diversas discussões dentro do Congresso Brasileiro. Neste momento, ocorreu uma intensa movimentação política, cível e militar, formando dois grupos antagônicos. Aqueles que desejavam o impedimento da posse do vice-presidente, contrários a determinação da Constituição, e aqueles defensores da democracia e da legalidade, favoráveis ao regime democrático e à continuidade da ordem legal.

Em visita oficial a China, João Goulart estava ausente no momento da renúncia de Jânio Quadros, assumindo, portanto, o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. O Congresso idealizava empossar Mazzilli antes da volta de João Goulart e assim apaziguar as possíveis manifestações populares e partidárias favoráveis à posse do vice-presidente. Neste intuito, Mazzilli comunica ao Congresso Nacional as considerações das Forças Armadas, onde o retorno do vice-presidente João Goulart era inconveniente e indesejado. Após diversas reuniões no Palácio do Planalto, parlamentares cogitaram a possibilidade da adoção do sistema parlamentarista para resolver a situação, porém foi completamente rejeitada pelos ministros militares. Estabeleceu-se 24 horas para que o Congresso escolhesse o próximo governante, por eleição indireta. O Congresso rejeitou a imposição militar e foi contrário ao veto que impedia a posse de Goulart, alegando faltas de justificativas

A visão das Forças Armadas não era compartilhada por todos os setores da sociedade e da política brasileira. Muitos não viam motivos críveis para o impedimento da posse do vice-presidente. Governadores estaduais, parlamentares federais e estaduais, os sindicatos de trabalhadores, organizações empresarias, estudantes e alguns setores militares que se identificaram com os ideais reformistas, com a democracia liberal e a ordem constitucional. Alguns editoriais, como a Folha de São Paulo, elogiavam o sentimento e a preocupação patriótica dos militares, porém “não basta patriotismo quanto aos fins. É também necessário que a ação para atingi-los respeite as limitações constitucionais.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 29/08/1961). O intuito desses setores era a defesa do regime democrático e da ordem legal, não apoiando as ideologias extremistas da direita, nem da esquerda.

Leonel Brizola, procura militares no estado do Rio Grande do Sul, contrários ao golpe. O comandante do Terceiro Exército, também localizado no Rio Grande do Sul, anuncia sua posição favorável à posse de Goulart, e com o apoio de Brizola organiza diversas manifestações populares em Porto Alegre, fortalecendo o movimento pela legalidade e aderência de novos membros e de organizações militares dos estados do Pará, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Brasília. Mesmo reprimidas fortemente, as manifestações populares em grandes centros ocorriam corriqueiramente, tendo apoio de órgãos importantes, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), União Nacional dos Estudantes (UNE), vários sindicatos favoráveis à continuidade legal.

O impedimento da posse de João Goulart representaria abrir mão dos princípios das eleições livres e ignorar os votos de tantos eleitores que o colocaram na posição de vice-presidente. Os legalistas desejavam dar mais uma oportunidade ao João Goulart e era necessário o arquivamento do veto. Em meio a este conflito político e prestes a desencadear uma guerra civil, a solução pacífica encontrada foi a instauração do parlamentarismo, sistema de governo no qual se reduz o poder presidencial, sendo esse compartilhado com a figura do primeiro ministro. Tal modelo atendia parcialmente a ambos os lados do

conflito, para os legalistas, Goulart assumiria como Presidente, porém com poderes moderados, e para os militares e setores favoráveis ao veto, seria garantida a limitação das ações governamentais de Goulart. No dia 7 de setembro, João Goulart assume o posto de chefe de Estado sob a supervisão do Gabinete Parlamentarista.

A economia apresentava aceleração da inflação que em 1955 era de 11,8%, saltando para 25,4% em 1960. O balanço de pagamentos contou com elevados déficits, e em momento de crescimento do comércio internacional, o governo abria mão de atrasados comerciais como fonte de financiamento para dar continuidade ao projeto de expansão econômica. (ABREU, 2014). Considerando as renegociações com credores externos realizadas no governo de Jânio Quadros, a inflação representava o principal problema a ser solucionado por Goulart.

O primeiro gabinete assume neste contexto em setembro de 1961, chefiado por Tancredo Neves, conhecido por sua participação como ministro da Justiça de Vargas e integrante do PSD-MG. Conhecido como gabinete da “conciliação”, para muitos setores era a representação da derrota do movimento popular, que dias antes havia impulsionado o país. Para a esquerda, era a conciliação com os golpistas, a fim de evitar os frutos da vitória popular.

Os objetivos apresentados ao Congresso eram guiados por quatro princípios: desenvolvimento, estabilidade, integração e justiça social. O plano de governo consistia em controlar a inflação e desenvolvimento de políticas, visando superar problemas estruturais (PRADO, 2013).

As primeiras medidas adotadas pelo governo tinha como objetivo o controle e a estabilização da economia. Com caráter conservador, foi proposto o aumento da taxa de crescimento da economia brasileira para 7,5% ao ano; a absorção das mãos-de-obra dos subempregos; melhorias na infraestrutura; distribuição de renda; equilibrar o balanço de pagamentos, que apresentava déficit de US\$420 milhões; redução de desequilíbrios sociais e regionais; ampliação do setor industrial e produtividade agrícola (ABREU, 2014). Tancredo esperava que com essas medidas, a economia brasileira fosse reestruturada em todos os setores, proporcionando equilíbrio e desenvolvimento econômico. O governo, para concretizar estes objetos, iria aumentar a taxa de poupança através da reforma fiscal e contenção de gastos públicos.

No fim de 1961, o governo coloca o projeto de lei para revisão do sistema tributário nacional, que reformularia diversos impostos nacionais com o intuito de obter maiores arrecadações. Até abril de 1962, a política fiscal, foi conduzida de forma ortodoxa, mas aos poucos ela foi sofrendo processo de randomização em decorrência de pressões econômicas e políticas. Em relação à política monetária, bancária e financeira, foi colocado em prática o plano de emergência, controlando o crédito para manter constante a oferta monetária. É neste momento que é proposto a criação do Banco Central e a alteração a legislação bancária, favorecendo o mercado de capitais. (ABREU, 2014).

A política salarial, acordada para evitar a deflagração de greve geral no início de dezembro em São Paulo, previa o repasse de 40% do salário mínimo ocorrido em outubro e demais meses. Segundo Fonseca (2004), este percentual de 40% recompõe a inflação desde o último reajuste, essa foi uma jogada de mestre da equipe econômica ao promover o reajuste, pois a expectativa era que ocorresse nos próximos meses. Antecipando a todos, a equipe econômica usufruiu do efeito surpresa e impediu que o reajuste ganhasse dimensões políticas, evitando que o assunto ficasse meses em discussões das Comissões do Salário Mínimo, que por fim, acabaria por desgastar ainda mais o governo. O ponto a causar maiores divergências no Congresso foi à limitação de remessas de lucros, aprovada ainda em 1961, que limitava em 10% do capital investido.

Para o sucesso dessas reformas, há a necessidade de programar os investimentos públicos em bases plurianuais, uma reforma administrativa do setor público fiscal, e principalmente uma reforma fiscal que aumentasse a formação bruta de capital de 14% para 23,75% do PIB. (ABREU, 2014). Dessa forma, o governo atuava intervindo em todos os gargalos da economia em busca da estabilidade econômica, enfrentando conseqüentemente polêmicas com o Congresso e classes influentes do país.

A política cambial é mantida a taxa de câmbio única, que foi reformulada pela Instrução 204 da SUMOC no governo de Jânio Quadros. Apesar da inflação brasileira no período, a taxa de câmbio apresentou estabilidade até maio de 1962, quando passou a sofrer reajustes periodicamente. (ALMEIDA, 2010). As políticas austeras na área cambial e monetária sintonizam com o discurso do governo. Embora não fique clara a divisão de poderes entre o presidente e o primeiro ministro, ambos defendem o

cumprimento dos contratos e aproximação com os Estados Unidos, na luta para ganhar credibilidade interna e externa. (FONSECA, 2004)

De acordo com Abreu (1989), por meio das medidas adotadas pelo governo, os resultados econômicos foram satisfatórios, mantendo a inflação estável na casa dos 30%, com o crescimento do PIB a uma taxa de 8,6% e com balanço de pagamentos superavitário, beneficiado pela recuperação das exportações e pela renegociação da dívida externa. Com desvalorização cambial, a balança comercial apresentou superávit, já que desestimulou as importações e elevou as exportações. Segundo Fonseca (2004), apesar dos resultados aparentemente satisfatórios, ainda era evidente a grave situação do balanço de pagamentos, já que se devia em boa parte às renegociações feitas no governo de Jânio Quadros, as quais envolviam o cumprimento de metas para a liberação de parcelas acordadas.

Para ter credibilidade, Goulart reconhecia a necessidade de convencer os Estados Unidos e o FMI de suas intenções para o Brasil. Todavia, a situação começa a exigir medidas mais efetivas, muito além das declarações. E apesar da esquerda, parte importante de sua base política, estar desgostosa, Goulart marca para abril de 1962 uma visita a Washington. O encontro com o presidente Kennedy tem relativo êxito e as autoridades brasileiras nos seus discursos mostraram alinhamento com os Estados Unidos, mesmo sem esconder a contradição deste gesto, como o apoio ao governador Brizola à desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone & Telegraph (ITT) e a abstenção do Brasil sobre a proposta de expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos.

Goulart fez declarações anticomunistas, de apoio ao bloco capitalista, bem como respeitar o “princípio de compensação justa” no caso de transferências de propriedade de empresas estrangeiras de serviços públicos sediados no Brasil. Em compensação, Kennedy promete a liberação de US\$129 milhões como parte dos US\$338 milhões acordados com Jânio Quadros e o FMI acertou a liberação de US\$20 milhões referente às contas vencidas em março, mas aguardaria o plano de estabilização ser executado no Brasil para a liberação parcelada de US\$160 milhões anteriormente acertados. (FONSECA, 2004).

Com a insatisfação da esquerda, o governo começa pressionado para uma reforma mais contundente. Para isso, João Goulart começa a organizar a defesa pela necessidade de mudanças profundas, isto para manter a figura de liderança da ala esquerda e a superação de problemas sociais, econômicos e políticos. Era necessária a realização da reforma agrária, mas o presidente estava insatisfeito com a posição moderada do gabinete de Tancredo e queria que a Constituição fosse alterada para que as desapropriações de terras não tivessem que ser ressarcidas em dinheiro aos proprietários. A justificativa de Goulart era a falta de recursos e para contornar esta restrição orçamentária, a emissão de títulos públicos era a saída iminente.

A elite agrária do Brasil, a imprensa e setores clericais criaram forte oposição à postura do presidente. Neste momento conflituoso, Goulart começa em seus discursos, a retomar a retórica mais radical, na medida em que enfatiza bandeiras como a reforma agrária e as remessas de lucros, defendidas em seu discurso de posse, mas ofuscadas pelas políticas de estabilização. Pressionado por todos os lados, as divergências entre Goulart e o primeiro ministro Tancredo Neves tornam-se públicas. O governo parecia perder o rumo, e na encruzilhada entre agradar sua base sindical e de esquerda ou manter a ênfase na política de estabilidade, inicia-se o processo de randomização.

No primeiro quadrimestre de 1962, o déficit do Tesouro começa a disparar, e com ele, a inflação. A lei aprovada pela Câmara dos Deputados em 1961 sobre a remessa dos lucros é limiar que separava os nacionalistas e os liberais. Por exigência constitucional, ao enviar para análise a previsão de orçamento e votação no Congresso, previam-se despesas de Cr\$ 793,8 bilhões para uma receita estimada de Cr\$590 bilhões. O déficit sinalizava que seria o maior da história, sem contar que ficara de fora o aumento do funcionalismo, visto que os parlamentares majoram ainda mais as despesas sem prever receitas. (FONSECA, 2004).

Neste cenário, o ministro da Fazenda Moreira Salles começa a afrouxar as políticas de austeridades até então características de seu mandato. Em junho, a lei 4.069 concedia aumento correspondente a 40% para os servidores pagos pelo Tesouro Nacional. Somados com a assistência da União às companhias de viação férrea (RFF) e de navegação, o déficit do Tesouro saltou, em termos nominais, de Cr\$24,7 para Cr\$47,4 bilhões. Com esses reajustes, a expectativa era que a extensão do aumento às autarquias majorasse ainda mais o déficit em um futuro próximo. Na política monetária a equipe econômica deu sinais de manter

a austeridade adotando três instruções da SUMOC: a primeira, número 225, previa o aumento dos compulsórios; a segunda, 226, suspendia as reduções dos depósitos para operações cambiais e limitava a entrega de Letras de Importação pelo Banco do Brasil a 30%; e a última, 227, determinava a elevação da taxa do dólar, dando continuidade à política de desvalorização da moeda. (O SEMANÁRIO, 1962).

Em vésperas de eleições do Legislativo, em outubro de 1962, vários membros do gabinete do primeiro-ministro começam a abdicar de seus mandatos. Por prerrogativas eleitorais os membros do Executivo devem se retirar para concorrer aos cargos legislativos. Assim, um terço do Senado e do governo em metade dos estados contribuiu para tornar o ambiente político ainda mais conturbado, aumentando a polarização em torno do programa de estabilidade e dificultando a aprovação de medidas importantes, mas impopulares. Integrantes do Congresso, incluindo membros do gabinete, não estavam interessados em ter seus nomes relacionados à aprovação de leis impopulares, que pudessem comprometer suas perspectivas políticas e a opção pela estabilidade poderia lhes trazer pelo menos três anos de ostracismo político.

Com a dissolução de parte do gabinete e com as divergências, e falta de apoio do presidente, o Congresso começa a pressionar a renúncia de Tancredo Neves, levando ao término do primeiro gabinete. Para Rubiatti (2008), o fim do gabinete de Tancredo é considerado o fim do parlamentarismo, já que Goulart articulava a antecipação do plebiscito, no qual seria decidido o sistema de governo, e para atingir seus objetivos, buscou a nomeação de gabinetes que o ajudasse a recuperar os plenos poderes presidenciais.

O período entre a queda do primeiro gabinete e a formação do segundo ocorre em um momento de instabilidade dentro do sistema parlamentar evidenciando ainda mais a fragilidade do sistema. Pressionado pela insatisfação popular com o parlamentarismo, o Congresso aprova o nome de Brochado da Rocha. Entre os objetivos do gabinete, estava a antecipação do plebiscito sobre a definição do sistema de governo e o combate à inflação. De acordo com Almeida (2010) as questões reformistas apresentam-se de maneira mais contundentes e com endurecimento mais retórico. Na questão tributária, a reforma deve proporcionar mais recursos ao Estado, além de instrumento de justiça social e desenvolvimento econômico. A reforma agrária deve estar baseada em mudanças constitucionais. Outras reformas, como a urbana, bancária e eleitoral também eram parte dos planos do ministro para o país, assim como as legislações sobre as remessas de lucros, telecomunicações, o abuso do poder econômico e nacionalização das empresas de serviços públicos.

No âmbito econômico, Brochado da Rocha estabelecia como meta o controle da inflação e a implantação das reformas de base. Ainda há o esboço na tentativa de estabilização, mas as chances de êxito encontravam-se reduzidas. No combate a inflação, a meta era estabilizar a taxa da inflação em 60% para o ano de 1962 e reduzi-la para 30% em 1963 (ABREU, 2014, p.185). Para isto, continuar a política imposta pelo primeiro gabinete, regulando os preços por meio do corte no ritmo expansionista dos meios de pagamento e dos gastos públicos, incluindo a redução das despesas de custeio, eliminação de subsídios de produtos que pudessem ser adquiridos pelos consumidores, adoção de tarifas de serviços de utilidade públicas mais realistas, em busca pela redução de preços. (ALMEIDA, 2010). Brochado da Rocha, solicita ao Congresso Nacional, poderes para que pudesse legislar por meio de decreto sobre assuntos específicos voltado para as reformas. Mas como esperado, a solicitação foi negada, pois a UDN juntamente com o PSD, representando interesses da elite burguesa e os grandes produtores rurais brasileiros foram contrários a solicitação argumentando que o governo de Goulart era ligado ao comunismo e tramavam um golpe para conseguir poderes extraordinários. Mesmo com a negativa do Congresso, começa a intensa articulação política para a antecipação do plebiscito, com proposta de realização em dezembro de 1962.

Defensor do sistema presidencialista e vital para a posse de Goulart, Leonel Brizola, pressiona o Congresso para a autorização do projeto de lei autorizando o plebiscito em dezembro, acreditando na vitória do presidencialismo. Com o apoio no centro e na esquerda para a volta do presidencialismo, Goulart e seus aliados políticos não queriam que o parlamento funcionasse, esperando que a ineficiência favorecesse a antecipação do plebiscito. Necessitando de maior apoio entre os militares, Goulart promoveu generais “nacionalistas” para cargos importantes dentro das Forças Armadas e em agosto de 1962, os militares divulgam manifesto apoiando publicamente a antecipação do plebiscito. Em 14 de setembro, em meio à crise política, Brochado da Rocha renuncia após ter fracassado na tentativa da aprovação do projeto de lei do plebiscito. Logo em seguida, foi decretada greve geral dos trabalhadores. Pressionado pelos sindicalistas e pelos militares, o Congresso aprovou a Lei Complementar nº2, estabelecendo a realização do plebiscito

para 6 de janeiro de 1963 e autorizando o presidente a formar um gabinete provisório, sem a aprovação do parlamento.

O terceiro gabinete, comandado por Hermes Lima, pode ser considerado como preparação para o retorno do presidencialismo, já que estava marcada a data do plebiscito. Este gabinete fica caracterizado pela substituição de Moreira Salles por Miguel Calmon na pasta da Fazenda (ABREU, 2014). Dentre os três gabinetes, foi o que teve menor apoio partidário, composto somente por PSD, PTB e PSB, controlando apenas 59% do Congresso. A UDN, integrante dos gabinetes anteriores, já não participa como base de apoio.

Com a oposição mais fortalecida, surgem acusações contra o governo em razão ao enfoque dado para antecipação da consulta popular e menosprezar os problemas que a economia brasileira estava atravessando. Em resposta a essas acusações, Goulart nomeia Celso Furtado para assumir o Ministério Extraordinário do Planejamento e elaborar um plano para os próximos três anos. Conhecido como “Plano Trienal” tem como objetivo assegurar o crescimento econômico e a estabilidade da inflação (MOREIRA, 2011). Entretanto, em decorrência das eleições no Congresso, implantações de novas políticas eram difíceis.

Cada vez mais presente, a instabilidade política afetava os resultados econômicos. Os três últimos meses de 1962 foram marcados pela elevação do déficit público e agravamento da crise cambial. Em termos nominais, o déficit em novembro já era o triplo em relação ao ano anterior – Cr\$181,2 bilhões contra Cr\$ 66,3 bilhões de 1961. A fixação do câmbio, neste cenário de instabilidade política, colaborava para a saída e inibição de ingressos de capitais. O ano encerra-se com déficit no balanço comercial de U\$89 milhões, devido à retração de 15% nas exportações brasileiras. Já o balanço de pagamentos que havia apresentado em 1961 um superávit de U\$115 milhões, em 1962 teve um déficit de U\$346 milhões e inflação em torno de 7% mensais e 50% anuais. Para reversão deste quadro negativo da economia brasileira, o resultado do plebiscito era fundamental. (FONSECA, 2004).

Com o passar das eleições para o Congresso, as atenções voltaram novamente para o plebiscito em janeiro de 1963. Alguns setores da UDN e o complexo IPES-IBAD defendiam a continuidade do parlamentarismo. Outros setores importantes defendiam o retorno do presidencialismo e o apoio advinha de diversas instituições. Nomes influentes da política apoiavam o fim do sistema parlamentarista, entre eles estavam Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola, Cid Sampaio, Magalhães Pinto, Juraci Magalhães e Carlos Lacerda. Grande parte interessados nas eleições presidenciais em 1965.

Os resultados do plebiscito apresentaram uma vitória esmagadora do presidencialismo: cerca de 12 milhões de brasileiros votaram favoráveis ao retorno do antigo regime e João Goulart assume em 23 de janeiro de 1963 com plenos poderes como chefe do Executivo. De acordo com Prado (2013), o governo de Goulart neste momento era legitimado e atuaria em um cenário que conta com diversos grupos políticos. Sua intensa e dispendiosa campanha pró-presidencialismo teve financiamento de parte da elite burguesa e contava com apoio da classe operária, que futuramente se transformaria no Comando Geral dos Trabalhadores. Também contribuíram com a campanha os camponeses, que ainda não tinham grande presença política e diversos grupos que se mobilizavam pelas reformas sociais, reforma agrária, luta contra o capital estrangeiro, independência sindical e melhorias salariais.

Neste cenário de efervescência política, ocorre uma crescente radicalização tanto da direita quanto da esquerda. À direita estavam os conhecidos como antigetulistas que eram compostos pelos ex-ministros militares da Guerra e Marinha e contavam com o apoio de Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal O Estado de São Paulo. Segundo Skidmore (2010), estes se revoltaram com a posse de Goulart em 1961 e com a derrota do plebiscito em 1963. Articulava-se para a derrubada do governo desde o período parlamentarista e afirmavam que os eleitores brasileiros não eram merecedores de crédito, já que eram facilmente manipulados por políticos populistas. Organizações como a Frente Patriótica Civil-Militar, chefiada pelo almirante Sílvio Heck, e grupos como Ação Patriótica, Ação dos Vigilantes do Brasil, setores da Igreja Católica e os militantes antigetulistas, contavam com o apoio dos empresários paulistanos, responsáveis pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES que tinham como objetivo defender seus interesses e fomentar o sentimento público contra os apoiadores de Goulart. À esquerda, membros contrários ao parlamentarismo e organizações como: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Ligas Camponesas e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido Comunista

Brasileiro (PCB) que objetivava a adoção de um governo nacionalista e democrático. Dentre os participantes de maiores prestígios da ala esquerda, estava o então Deputado Federal, Leonel Brizola.

Apesar da radicalização política no início de 1963, Goulart se dedicou a tentar solucionar os problemas nacionais. Faziam parte do seu governo nomes da esquerda moderada como San Tiago Dantas e Celso Furtado, responsáveis por elaborar o projeto de desenvolvimento para o país. Da esquerda mais radical, Almino Affonso assume como ministro do trabalho. De acordo com Skidmore (2010), essa composição de governo era a tentativa de Goulart de fazer jogo duplo, tentando negociar o apoio do centro por meio do programa de reformas e fortalecer a sua base sindical no Congresso. Estrategista, para o apoio militar são nomeados oficiais pró-janguistas para posições essenciais. Neste momento, não é apenas o sistema de governo que se altera, assim como a figura de Goulart como presidente buscando se fortalecer, mas o tom do seu discurso governamental se modifica frente à situação econômica do Brasil. Diante da necessidade de compatibilização com as metas políticas, os debates pró-reformas tornam-se ponto de reestruturação dos objetivos de longo prazo do governo. Acreditava-se que os problemas da economia brasileira surgiam de obstáculos estruturais, tais como a concentração fundiária e tributação regressiva. Assim, o governo elabora um conjunto de políticas que viriam a favorecer a implementação de reformas estruturais. Neste ambiente, a política de estabilização é fundamental para o controle do processo inflacionário e dessa forma, o presidencialismo começa de maneira parecida com o parlamentarismo: tanto o Plano de Emergência, quanto o Plano Trienal propunham estabilização da economia como o primeiro passo.

É apresentado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para a estabilização da economia e condução das reformas de base, consideradas por Goulart, fundamentais para a volta do desenvolvimento e crescimento econômico do Brasil. Com proposta de política econômica ortodoxa, o plano consistia na busca pela credibilidade interna e externa no país. “Mais uma vez o estrangulamento externo e a necessidade de fechar as contas do balanço de pagamentos contribuíram decisivamente para firmar uma opção aos moldes ortodoxos para a política econômica” (FONSECA, 2004, p. 607).

O Plano Trienal podemos denominar como um plano eclético. É um conjunto de medidas ortodoxas e restritivas, de cunho monetário, para controlar os gastos públicos e a demanda, reduzindo a pressão inflacionária decorrente da estagnação do plano de substituições de importações (PSI) e proporcionando estabilidade. As reformas de base, contidas no plano, vem como medidas estruturalistas para solucionar problemas com estrangulamento de gargalos sociais, políticos e econômicos presentes no país. Esse é um esforço político para compatibilizar as diversas bases governistas. Dessa maneira, promove-se o desenvolvimento e a estabilidade na economia com o Estado exercendo um papel fundamental como regulador e promotor de políticas e construindo um cenário para a continuidade do processo de industrialização substitutiva. A influência na política econômica neste contexto de longo prazo era subestimada, mas garantia-se sua participação, facilitando o aprofundamento do PSI e as mudanças estruturais. Mantendo um discurso coerente, o Plano Trienal enfrentava as dificuldades políticas e teóricas, em que o plano de estabilização abria espaço para as reformas. Politicamente, compatibilizavam-se os interesses de um campo heterogêneo, indo adiante com as propostas de crescimento, com distribuição de renda e postergando para longo prazo medidas controversas como a reforma agrária.

A política de estabilização, mesmo sem a luz dos holofotes destinados a favor das reformas de base, torna-se essencial para a viabilização do Plano Trienal. A credibilidade do governo dependia dos resultados apresentados em curto prazo que somente as medidas de estabilização poderiam possibilitar. Com o descontrole sobre a condução da política econômica nos últimos meses de 1962, somado com a elevação da inflação, impulsionada pela política de preços realistas, acelerou ainda mais a inflação no primeiro trimestre de 1963, alcançando a meta de 25%, proposta para o ano. Com plenos poderes na frente do Executivo, Goulart não tinha mais como justificativa a paralisia do país, nem a inflação e a deterioração das contas do governo como causa decorrente da fraqueza institucional do Presidente. Como sua luta pela credibilidade situava-se principalmente nas esferas jurídicas e políticas, os sinais da economia eram fundamentais para demonstrar sua força. Por consequência de suas intenções, a aproximação com os Estados Unidos era inevitável na reversão da imagem de fraqueza durante o período parlamentar (FONSECA, 2004).



As medidas restritivas iniciam-se com as Instruções 234 e 235 da SUMOC, restringindo a oferta de crédito e aumentando a taxa compulsória dos bancos comerciais para 28% nos depósitos à vista e 14% nos depósitos a prazo. O cenário de recessão no primeiro trimestre de 1963 aprofundou-se com a elevação das taxas de juros, somada a restrição do crédito e a redução da expansão monetária. Entretanto, a elevação de regressos de capitais estrangeiros e a diminuição do déficit no balanço de pagamentos, fechando com déficit de Cr\$29 milhões. Com os resultados da economia brasileira, o cruzeiro valorizou-se em termos reais aproximadamente em 30%. Em abril de 1963, por meio da Instrução 239, o governo busca retomar a política de câmbio “realista”, com elevação do dólar, em torno de Cr\$600,00. Talvez essa tenha sido a última política comprometida com o projeto de estabilidade, já que o governo começa a ser pressionado por todos os setores pelos resultados da economia: “A partir daí, iniciou-se a fase de randomização. Pressionado politicamente pelos custos impostos pela austeridade e pela inflação que não cedia na velocidade desejada, voltaram os subsídios ao trigo e aos derivados de petróleo” (FONSECA, 2004, p.611).

As políticas de estabilidade do plano não conseguiam sucesso por conter contradições: ao tempo que o governo adota medidas de cunho ortodoxo em relação à dívida externa é pressionado a realizar restrições salariais e de crédito. O presidente sofre pressões dos sindicalistas e empresários, e, sobretudo de lideranças de esquerda, que estavam insatisfeitos com tais medidas. Os resultados da economia apresentavam baixa atividade econômica e conseqüentemente alta taxa de desemprego, decorrentes da política de controle da inflação, o que empurra Goulart à retomada dos discursos centrados nas reformas de base, assim como ocorrera nos discursos anteriores ao plebiscito.

Neste momento, o país vive um cenário de instabilidade econômica e política, agravada com o embate sobre o aumento do salário mínimo e do funcionalismo público. Mesmo explícito na cartilha do Plano Trienal sobre o combate à inflação e as causas dela sobre os reajustes dos salários, as correções salariais estabelecidas demonstram a flexibilização frente às pressões políticas (VERASCHIN, 2013). O salário mínimo teve aumento de 56,25%, que não recuperaria o valor real do último reajuste, mas era muito acima do “aconselhável” para alcançar a meta de inflação anual de 25% do Plano Trienal. O funcionalismo, uma das despesas com maior ônus para o governo, surge como a derrota final para o ministro da Fazenda, San Thiago Dantas.

Pressões vindas da esquerda sindical assim como dos militares, forçaram a concessão do reajuste de 60% autorizado pelo presidente. Dessa forma, o governo demonstrava sinais de enfraquecimento e o fim das tentativas de estabilização da economia. Em 20 de junho de 1963, sem espaço no governo e impossibilitado de realizar as ações que propunha, San Thiago Dantas afasta-se do cargo de ministro da Fazenda. No dia seguinte, é nomeado Carvalho Pinto, considerado mais flexível e disposto a maiores concessões e experiente nas articulações políticas. Para Fonseca (2004), a figura de um político comandando a pasta da Fazenda, tem como objetivo a maior flexibilização no atendimento das demandas, mas com um perfil de um político conservador, que também garantisse a tranquilidade do mercado e dos empresários nacionais e internacionais no país.

O novo ministro se depara com o agravamento da instabilidade econômica e política. Pressionado por todos os lados, buscou conter o aumento do déficit público, tentando demonstrar controle das finanças do governo, porém sem sucesso. A mudança de planos para a economia revela-se na ênfase da política econômica, nítida quando enviada a proposta orçamentária ao Congresso, com déficit estimado em torno de Cr\$1 trilhão, com peso significativo das empresas estatais. A credibilidade externa começa a decair, mostrando tendência de agravamento com a possibilidade de moratória após fracasso nas negociações com o FMI, influenciando a diminuição da entrada de capitais autônomos.

Em meio à série de greves, paralisações e levantes militares, com apoio da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), em setembro de 1963, por meio de memorando o presidente torna mais rígido a Lei de Remessas de Lucros, cuja decisão não se baseava nos lucros reaplicados no país pelas empresas estrangeiras, reduzindo as remessas ao exterior, já limitadas pela lei em 1962 em 10% do capital registrado. Neste contexto de instabilidade, o principal partido de oposição à presidência, articula o impeachment do presidente. Momento com ânimos exaltados e conspirações para derrubada do governo, Goulart solicita ao Congresso que decretasse estado de sítio por 30 dias, mas volta atrás após pressão da oposição e dos seus próprios aliados.

Sem ter confiança nos setores de sua base e com a oposição articulando sua queda, o governo encontrava-se perdido e Carvalho Pinto afasta-se em dezembro. Sua retirada mostra o insucesso na tentativa de Goulart de conciliar habilidade política, flexibilização das demandas, controle da inflação, déficit público e equilíbrio do balanço de pagamentos em resultados razoáveis. Dessa forma, é abortada qualquer pretensão de legitimidade na credibilidade da política econômica, ou que esta fase ocorreria posteriormente após o crescimento econômico. Goulart se convence que a legitimidade irá acontecer com a efetivação das reformas de base e um político conservador como Carvalho Pinto, não era a pessoa certa para dar prosseguimento aos seus planos. (FONSECA, 2004)

Com a crise econômica e política cada vez maior, Goulart nomeia o desconhecido Ney Galvão, do PTB gaúcho. Evitando se comprometer ainda mais com a esquerda radical, Goulart pretendia acompanhar de maneira mais próxima a gestão econômica do país, centrando seu objetivo na implementação das reformas. Os indicadores econômicos no fim de 1963 não foram animadores. O PIB teve crescimento de apenas 0.6%, a inflação chegando a 79,9% e déficit no balanço de pagamentos de US\$54 milhões. A taxa de câmbio continuou valorizada e com taxa fixa, e com a inflação em alta dificultava a adoção de câmbio realista. As medidas não surtiram efeitos diante as incertezas e crises políticas que se agravavam. Numa tentativa final, o governo propôs uma política cambial heterodoxa, com câmbio fixo para alguns produtos essenciais para a economia e câmbio flutuante para demais produtos. (FONSECA, 2004)

A prioridade do governo estava atrelada totalmente ao sucesso das reformas. Goulart estava cansado na busca pela credibilidade por meio de medidas restritivas sem efeitos positivos em curto prazo, mas eficaz para o afastamento de sua base política. Em seus últimos suspiros como presidente, apostou suas fichas nas reformas estruturais para legitimar seu poder, acirrando ainda mais o ímpeto udenista e dos militares para destituí-lo da presidência, que ocorre por meio do golpe em 1º de abril de 1964.

## **2. DILMA ROUSSEFF: A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

Com grande aprovação da população brasileira em seus dois mandatos como presidente, Lula encaminha à sucessão de seu posto a desconhecida Dilma Rousseff, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A ascensão de uma mulher à presidência representou um momento histórico para o país, inclusive, em seu primeiro pronunciamento, a presidenta enfatiza que sua vitória tem o mérito de “abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”.

Do ponto de vista das propostas de governo, quando assume a presidência do país, Dilma Rousseff tem em suas mãos a importante tarefa de continuar o legado de Lula (2003-2010). O Brasil apresentava indicadores macroeconômicos bastantes satisfatórios, mesmo em um cenário em que outros países atravessavam difícil recuperação econômica advindas dos problemas da crise norte-americana em 2008.

A continuidade das políticas econômicas e sociais do mandato de Lula foi marcada pela manutenção de Guido Mantega na pasta da Fazenda e com a entrada de Alexandre Tombini no comando do Banco Central. Nessa direção, o primeiro semestre dá sequência à política macroeconômica alicerçada pelo tripé: metas de inflação, superávit primário e flutuação da taxa de câmbio. De acordo com Cagnin *et al.* (2013), podemos identificar três momentos importantes no governo Dilma: o primeiro semestre de 2011 com a preocupação do governo em manter estável a inflação através de políticas monetárias e fiscais contracionistas. O segundo momento ocorre entre agosto de 2011 até junho de 2012 com o agravamento do cenário externo. Para contornar a situação, começa a vigorar a Nova Matriz Econômica, onde o governo passa a adotar políticas anticíclicas como a redução das taxas de juros, estímulos ao crédito e desonerações tributárias, aprofundando as ações executadas no governo Lula para consolidação do modelo desenvolvimentista ancorado pelo consumo e o fortalecimento da indústria nacional. O terceiro momento abrange o segundo semestre de 2012, marcado pela desaceleração da economia e com o governo impondo uma nova baixa da taxa básica de juros e atuação dos bancos públicos.

A respeito de 2011, pode-se classificar como um período economicamente conturbado, o crescimento do PIB, por exemplo, não alcançou a projeção de 5,5%, totalizando apenas 2,7%. Em 2012, novamente o desenvolvimento da economia foi aquém do esperado, evidenciando a ineficácia das

estratégias de flexibilização e do modelo de política macroeconômica adotado. Diante desse cenário, a inflação retoma seu lugar entre as preocupações centrais do governo, o qual dá início ao processo de desaceleração inflacionária. As compras governamentais e de investimentos públicos também começam a desempenhar um papel mais ativo para o estímulo do crescimento econômico, sendo influenciado diretamente pelo Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que até dezembro de 2012 cobrava juros negativos na aquisição de bens de capital. De acordo com Mantega, “Levando em consideração uma taxa inflação de 4,5% a.a. temos juros real negativo o que estimula a aquisição de máquinas e equipamentos entre os meses de setembro a dezembro”.

No âmbito da política fiscal, destaca-se a retomada do alcance do centro da meta do superávit primário. A correção fiscal de 2010-2011, por sua vez, impactou na desaceleração econômica entre 2010 e 2012. Tal desaceleração, ainda repercutiu em 2013, influenciada pelo contexto desfavorável com a menor demanda externa sobre as importações e a pressão dos preços das *commodities*. De acordo com Bresser-Pereira (2013) em relação à política cambial, essa objetivava promover o equilíbrio industrial e o crescimento da economia por meio de um câmbio mais competitivo. Contudo, a desvalorização cambial necessária não ocorreu.

As medidas econômicas não surtiram efeitos para dinamizar o PIB que apresentou em 2011 crescimento de 2,7% e de 1,9% em 2012. O investimento teve expansão de 6,7% em 2011 e de apenas 0,8% em 2012, no entanto, há a manutenção do emprego e da renda da população. Parte do baixo dinamismo do PIB deve-se a conjuntura internacional desfavorável, trazendo ônus macroeconômico na balança de pagamentos e a dificuldade de alavancar investimentos públicos e privados. Apesar do insucesso da perspectiva econômica, Dilma ganha popularidade com medidas de desoneração do setor automobilístico e redução nas contas de energia elétrica, encerrando o ano de 2012 com 73% de aprovação pessoal, de acordo com pesquisa realizada pelo CNI/Ibope.

Outro fator que influenciou no indicador de confiança da população na presidenta se refere à forma que a mesma lidou com os frequentes casos de corrupção denunciados desde o início de seu mandato. Em 2011, Dilma demitiu alguns ministros acusados de irregularidades, dentre eles Antônio Palocci, ex-ministro da Fazenda no governo Lula e ministro da Casa Civil na época, um dos mais importantes nomes de seu ministério. Ao longo do seu período no poder, leis no âmbito do combate à corrupção e transparência pública foram aprovadas, tais como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), Lei de Conflito de Interesses (Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013).

Nessa configuração de frequentes escândalos políticos e complicações econômicas, em 2013, o governo é cobrado veementemente por meio de manifestações populares que protestaram, dentre outras pautas, contra o aumento das passagens do transporte público, a corrupção e os gastos referentes à Copa do Mundo. Embora seu governo tenha sido criticado em diversos âmbitos, vale apontar que em 2014 foram criados aproximadamente 5 milhões de empregos com carteira assinada, sendo comparável ao primeiro mandato do governo Lula (5,6 milhões). Enquanto a taxa de desemprego no início de seu mandato era de 6,8%, no último ano, fechou em 4,8%, a menor já registrada pelo IBGE. Se por um lado, a administração da presidenta falhava, por outro, resultados representativos eram conquistados. Nesse sentido, os anos de 2011 a 2014, se caracterizam como um período ambivalente. Ao final de seu primeiro mandato Dilma se encontra fragilizada politicamente, começa a perder a credibilidade popular, dispõe de uma economia em crise e sofre com os constantes escândalos de corrupção. O cenário evidentemente não é tão favorável quanto antes, ainda assim os indicadores de confiança na presidenta e no modo de governar, marcam 51% e 52%, respectivamente (CNI-Ibope, 2014), resultados esses que fortalecem a expectativa da reeleição.

A eleição presidencial de 2014 contou com 11 candidatos, sendo que prosseguiram para o segundo turno, Dilma Rousseff (PT) com 41,59% dos votos válidos e Aécio Neves (PSDB) com 33,55%. A campanha foi conturbada e o resultado consta como um dos mais acirrados da história desde a redemocratização no final de 1980. A presidenta conquistou a vitória, contudo, com uma diferença inferior a 4% do total de votos recebidos pelo seu opositor. Tal disputa seria o prenúncio da fragilidade do segundo mandato. Esperando o apoio de importantes figuras políticas para a concretização de suas promessas de campanha, a presidenta iniciava seu governo com um congresso antagônico e pouco amistoso aos seus interesses. Buscando ganhar credibilidade com o mercado diante da piora dos indicadores econômicos,

designou como Ministro da Fazenda, o ex-secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. O recém-nomeado a pasta da Fazenda enfrenta de imediato, oposição na própria base no Congresso e de outros partidos, uma vez que sua nomeação e sua aspiração pela ortodoxia iam contra as promessas de campanha presidencial e a continuidade do projeto dos governos petistas no intuito de atrelar o crescimento econômico e social. Tentando reeditar o sucesso de Lula no período ortodoxo com Palocci, a necessidade da realização do ajuste fiscal foi o déficit de 0,6% do PIB em 2014, após 17 anos de superávits (MOTA, MORAIS 2017).

Em seu primeiro pronunciamento, no dia 05 de janeiro de 2015, Joaquim Levy ressalta os seus objetivos na pasta da Fazenda, indicando que “o reequilíbrio fiscal e o cumprimento das metas serão à base de um novo ciclo de crescimento”. O ministro também aponta que o controle dos gastos públicos será essencial para o crescimento sustentável do país e defende que “o Brasil tem plenas condições de exercitar o equilíbrio fiscal, com disciplina nos gastos públicos, sem com isso ofender direitos sociais ou deprimir a economia”.

Tendo em vista que a arrecadação não apresentava melhoras e era cada vez menor, os cortes no orçamento mostraram-se necessários e neste momento é cogitada a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, popularmente conhecida como CPMF, que acrescentaria na receita cerca de 32 bilhões e ajudaria a garantir a meta de superávit primário de 0,7% do PIB para 2016. Em pronunciamento oficial, Levy defende a CPMF:

Essa é uma medida bastante central no esforço. Foi considerada que, diante de todas as alternativas de tributos, a prorrogação da vigência da lei original da CPMF seria um caminho que traria menor distorção à economia, seria o caminho com menor impacto inflacionário, seria melhor distribuído. Incide de maneira equitativa em todos os setores. E, na verdade, se a gente for pensar, tratam-se de dois milésimos do que vai comprar. Você teria, por exemplo, dois milésimos de uma entrada de cinema que você comprar para diminuir o déficit da Previdência Social.

Com o prazo para a entrega dos orçamentos do governo, já havia a previsão de que as contas não fechariam sem a aprovação da CPMF, dessa forma, o Executivo enviaria ao Parlamento um orçamento deficitário, algo nunca presenciado na história do país. Nelson Barbosa, Ministro do Planejamento, e Aloísio Mercadante, ministro da Casa Civil, passam a defender a aprovação do orçamento com déficit, considerando que não havia mais despesas a serem cortadas e que muitas políticas públicas eram determinadas por lei. Tentando controlar sua agenda econômica no Legislativo, buscou negociar com deputados e senadores a votação pelo ajuste fiscal, porém não obteve êxito. O parlamento torna-se cada vez mais hostil com as medidas e tentativas de negociação de Levy, que já havia perdido várias disputas no governo e votações no congresso. A cada nova derrota, o ministro se fragilizava na tentativa de cortar ainda mais gastos e ficava sujeito a maiores censuras da cúpula petista, que em momento algum aceitou sua indicação à Fazenda.

Após especulações a respeito da saída de Levy, Dilma sai em defesa de seu ministro. Fortalecido, conseguiu vitória no Congresso com a aprovação de medidas para evitar o aumento dos gastos do governo e na Câmara foi acatado o projeto de repatriação de ativos, considerado pelo governo importante para estimular a elevação da arrecadação. Contudo, as ações do governo pareciam não surtir efeito, o Brasil se aprofundou na recessão e sem alcançar o objetivo traçado por Levy, do tão desejado equilíbrio das contas públicas, dos preços e das contas externas. O PIB de 2015 não foi nada animador e apresentou retração de 3,8%, com perspectivas negativas para os próximos anos. Para Corsi (2016), a trajetória da economia brasileira antes de Levy era de baixo crescimento, porém as políticas de austeridades adotadas pelo ministro precipitaram a crise no país.

O fraco desempenho da economia levou à queda de Joaquim Levy no comando da Fazenda em dezembro de 2015, sendo sucedido por Nelson Barbosa. Em sua saída, Levy criticou a crise política, considerada como causadora de incertezas na economia: “O importante é assim: Brasília não pode parecer ou conflagrada ou sem bússola, porque todo mundo está olhando para cá. Então é isso que a gente tem que continuar trabalhando.”

Para Lula, o governo fracassou na tentativa de ganhar o mercado com o nome de Levy. Segundo o ex-presidente “nem o Levy, que era representante do mercado no Ministério da Fazenda, ganhou. E

perdemos a nossa gente. A Dilma tem um desafio agora. Em algum momento nesse mês vão ter que anunciar alguma coisa, até para explicar por que o Levy saiu, o que vai mudar”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Apesar do discurso do ex-presidente, a condução da política econômica sob a tutela de Nelson Barbosa não se alterou de maneira significativa, apenas flexibilizou a estratégia já praticada pelo governo. Tendo dificuldades para atingir o ajuste fiscal e após várias estimativas frustradas, Nelson Barbosa fixa como objetivo para 2016, superávit primário de 0,5% do PIB prevendo arrecadação com a criação da nova CPMF, mas que dependerá do Congresso para aprovação. Entretanto, sem grande prestígio com os parlamentares, o senador Romero Jucá, após encontro com Nelson Barbosa declara que "um aumento de impostos isolado é algo difícil de ocorrer no Congresso se não vier acompanhado de outras ações que demonstrem que governo fez o dever de casa" (JORNAL DO COMERCIO, 2016).

Indo na contramão das expectativas do mercado financeiro, ante a forte recessão e a dificuldades do cenário mundial, o Banco Central tem mantido elevada taxa de juros, sendo criticado por alguns economistas, ressaltando que a Selic elevada atrapalharia os esforços para o ajuste fiscal, já que parte da dívida pública está indexada pela taxa, portanto, a dívida aumenta conforme os juros crescem. Assim, o aumento, no curto prazo, poderia aprofundar a recessão e dificultaria a retomada do crescimento da economia. O governo passa a considerar reformas ditas como estruturais para estabilizar as contas públicas, dentre as quais está a previdência privada, a proposta do PIS/COFINS e o aperfeiçoamento do Supersimples. A reforma tributária e a política de ampliação do crédito são essenciais para a produtividade e funcionamento da economia.

De acordo com Corsi (2016), os resultados pífios da política ortodoxa indicam insustentabilidade, porém o governo mantém nessa linha da política econômica, esperando obter credibilidade do mercado. Com essa postura, Dilma se afasta da sua base de sustentação no Congresso e de grande parte dos setores populares. Aproveitando-se da situação fragilizada de Dilma, Eduardo Cunha, aceita na Câmara dos Deputados o processo de impeachment, o qual argumenta crime de irresponsabilidade fiscal.

Começa então a articulação do vice-presidente Michel Temer para a aprovação do impeachment, prometendo aos representantes do PSDB e DEM a formação de um “governo de união nacional” e em contrapartida, é acordado o apoio de pelo menos 45 senadores, do total de 81. Em seguida, há o vazamento de uma carta de Temer à Dilma, elencando os problemas de sua relação com a presidenta. Tal momento sinaliza o início do rompimento entre os dois e a debandada do PMDB na base do governo.

Em abril de 2016, com 367 votos a favor e 137 contra, foi aprovado na Câmara o afastamento da presidenta. O processo prosseguiu para votação no Senado e novamente o resultado da votação foi contrário à Dilma. Em 12 de maio do mesmo ano, a presidenta foi afastada temporariamente do cargo. Apesar do apelo feito por Dilma durante seu julgamento no Senado, a decisão final foi favorável ao impeachment. No mesmo dia, Temer é empossado como Presidente da República e é consumado o golpe parlamentar no Brasil.

### **3. A HISTÓRIA SE REPETE, A PRIMEIRA VEZ COMO TRAGÉDIA E A SEGUNDA COMO FARSA.**

A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Esse ditado de Marx se aplica perfeitamente para explicar o que vivenciamos no cenário brasileiro. O golpe de estado ocorrido em 1964 foi uma tragédia, marcado por 21 anos de tortura e morte. Em 2016 a história surge como farsa, vários políticos suspeitos de corrupção derrubam a presidenta eleita com 54 milhões de votos, acusando-a de “irregularidades contábeis” (LOWY, 2016). Dilma sofre *impeachment* 52 anos após a deposição de Goulart e o contexto que produziu sua queda guarda semelhanças importantes com aquele que levou à retirada do presidente do poder.

Em 1961, a economia brasileira tinha como características o baixo crescimento econômico e o acelerado processo inflacionário, caracterizando como estagflação. A instabilidade política agravava ainda mais a situação econômica com a renúncia de Jânio Quadros. Para contornar a situação desfavorável, os representantes do parlamentarismo precisavam nomear um gabinete com nomes respeitados e com divisões partidárias bem distribuídas, para constituir a figura de um governo forte e equilibrado politicamente. Para

a pasta da Fazenda é convidado o banqueiro Walter Moreira Salles, respeitado pelos setores mais conservadores da sociedade, o mesmo fica responsável por elaborar um plano para a recuperação da economia. Adotando um plano de austeridade chamado “Ação de Emergência”, visava a busca pela credibilidade interna e externa. O panorama de 1961 apenas se agravou com o passar dos anos, houve tanto a queda do PIB, quanto o aumento progressivo da inflação.

Segundo Fonseca e Monteiro (2005), sem conseguir deixar claro a divisão de poderes entre Goulart e o primeiro ministro Tancredo Neves, a consolidação da credibilidade passaria pelo resgate da imagem do presidente dentro e fora do país. Em pronunciamentos Goulart adota tom mais moderado, assumindo seu compromisso com a democracia e defendendo as políticas de austeridades no combate à inflação. Aproveitando a oportunidade, Goulart vai aos Estados Unidos e com a ratificação de acordos feitos pelo governo de Jânio Quadros, firma sua posição política junto a classe média e os militares. “Para manter-se no poder, entretanto, o governo precisava ganhar rapidamente a confiança dos agentes econômicos em relação à sua capacidade de conduzir o país a estabilidade econômica” (p.11).

De acordo com Moreira (2014), a busca pela legitimidade de seu governo e de sua sustentação política, o combate à inflação poderia incorrer em grande custo político e o último resquício de apoio político. Para o autor, o governo conta com três opções:

A primeira seria estabilizar para depois crescer. Essa tentativa foi feita durante o primeiro ano de governo, dentro do regime parlamentarista. Entretanto, logo se mostrou inviável do ponto de vista político, por dois motivos: o curto período de tempo, pois a recessão causada poderia inviabilizar a retomada do regime presidencialista - necessário para a implantação das reformas de base, principal objetivo; e a falta de sustentação política. [...] A segunda opção seria tentar estabilizar e crescer conjuntamente, que ficou visível na adoção do Plano Trienal, que propunha como metas o controle da inflação e a manutenção de elevada taxa de crescimento. Essa opção também foi tentada; entretanto, para sua implementação, era necessária outra conjugação de fatores: legitimidade política e credibilidade econômica, ambas intrinsecamente associadas. Como foi visto, a posse do vice (Goulart – PTB) representava tudo que a coligação situacionista repudiava (Quadros – PDC/UDN), o que tornava impossível essa estabilidade. A terceira alternativa seria crescer para poder tornar mais fácil a realização das reformas estruturais, deixando em segundo plano a estabilização monetária. (MOREIRA, 2014, p.83).

Assim como no mandato de Goulart, no de Dilma diversas tentativas de retomar a estabilidade política e econômica foram realizadas. A crise norte-americana de 2008 trouxe sequelas para os países emergentes, como o Brasil. Segundo Paulani (2017), a crise veio a se agravar no primeiro governo da presidenta Dilma e essa adotou políticas econômicas equivocadas de incentivo aos setores privados, através de desoneração de folhas de pagamentos e por meio de redução de taxas de juros, de modo a não obter os resultados esperados. O esgotamento dos impulsos de consumo, queda dos preços da *commodities* e o agravamento da crise externa deixaram como resultados baixo crescimento no último ano do primeiro mandato.

A popularidade de Dilma, desde 2013 vinha apresentando vertiginosa queda, com seu governo sofrendo desmoralização e descrédito e uma oposição cada vez mais forte. A onda anti-Dilma, anti-PT foram quase que suficientes para impedir a reeleição da presidenta nas urnas em 2014. Com a indignação da derrota, os opositores questionaram a veracidade das votações, acusando de fraude eleitoral e corrupção, assim como já havia ocorrido contra os governos de Vargas em 1950, e com Juscelino Kubistchek em 1955. Quando Dilma assume seu novo mandato, propõe uma política de estabilidade, de austeridade econômica comandada por um ministro da Fazenda respeitado pelos agentes econômicos em busca de credibilidade. Contudo, os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) fecharam em queda, com aumento da inflação e a economia não apresentava indícios de melhoras. Os indicadores entre os anos de 2011 e 2014 já não eram favoráveis e se agravam a partir de 2015, com recordes no índice da inflação e retração do PIB:

Com o fraco desempenho da economia e as propostas de austeridades do segundo mandato trazem à tona a questão da legitimidade do seu governo. Expoente máximo do PSDB, rival histórico do PT, Fernando Henrique Cardoso alega que o governo de Dilma é legal, porém ilegítimo e, portanto, deveria renunciar ao mandato. Segundo o ex-presidente: “A esta altura, os conchavos de cúpula só aumentam a

reação popular negativa e não devolvem legitimidade ao governo, isto é, a aceitação de seu direito de mandar, de conduzir. Se a própria Presidente não for capaz do gesto de grandeza (renúncia ou a voz franca de quem errou, e sabe apontar os caminhos da recuperação nacional), assistiremos à desarticulação crescente do governo e do Congresso” (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/08/2015). Para Almeida, ao não cumprir as promessas de campanha houve a perda de legitimidade, sendo que o impeachment colocaria outro também sem o mérito de legitimidade (BRASIL DE FATO, 18/04/2016).

Diante de todo o contexto econômico-político de ambos os governos, as mídias tiveram um papel ímpar para a queda. As publicações dos jornais O Globo e o grupo Estado claramente criticavam os presidentes, a fim de incitar sua destituição, ao passo que evidenciavam o golpe como alternativa viável. De acordo com Lopes (2017) é assustadora a semelhança no discurso da máquina de propaganda contrária aos governos de Goulart e Dilma. Antecipando o golpe, o Correio da Manhã traz uma publicação em seu editorial com o título “Basta!” onde questiona a capacidade do presidente de resolver o problema do país dentro da legalidade:

Basta! Até que ponto, o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, leis, a função do poder legislativo? [...] Se o Sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional, não lhe resta outra saída senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. (Correio da Manhã, 31 mar. 1964. p. 1).

Após 52 anos do golpe de Estado contra Goulart, o jornal o Estado de São Paulo, no dia 13 de abril de 2016 defende o processo de *impeachment* em um editorial com o mesmo título: “Basta!” e com texto similar articula palavras de cobrança, defendendo que a presidenta não teria honra e nem capacidade para governar o Brasil, sendo ela o principal entrave para a retomada do crescimento econômico. O governo de Goulart e de Dilma foram marcados pela participação popular em momentos decisivos. No primeiro, houve em 13 de março um comício na Estação da Estrada e Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que envolveu cerca de 300 mil trabalhadores em apoio ao presidente. Em resposta ao Goulart, no dia 19, do mesmo mês, foi realizada a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, a qual se posicionou contra o governo e sua postura considerada comunista, legitimando o golpe militar. De acordo com o Jornal do Brasil publicado na época, a passeata contou com 500 mil adeptos. Durante o mandato de Dilma, tal marcha foi homenageada em 2014, por adeptos da intervenção militar no Brasil. No dia 22 de março, percorreram o mesmo trajeto da passeata de 1964, cerca de mil pessoas, houve a tentativa da reprodução do ato pelo golpe, embora o número de participantes tenha sido expressamente menor.

Mais um aspecto que merece destaque se refere ao embate entre as posições do povo, se por um lado há quem apoie o governo, por outro há também quem o quer destituído. No caso de Goulart, nota-se que a marcha de 1964 serviu à orientação conservadora, sendo inclusive, idealizada por Antônio Sílvio Cunha Bueno, deputado federal do Partido Social Democrático, membro da oposição. Diferentemente, observa-se o posicionamento de esquerda, representado pelas camadas populares e pelos movimentos sindicais, os quais estavam foram responsáveis pelo comício. As manifestações que se seguiram no governo Dilma compartilham uma lógica semelhante onde houveram tanto os atos contra a presidenta, que davam força ao impeachment, quanto aqueles organizados pelos grupos sindicais a favor da democracia e da manutenção de Rousseff no poder. Registrada como a maior manifestação popular da história do país, o principal ato pró-impeachment aconteceu em 13 de março de 2016 e reuniu um público superior a três milhões de brasileiros, de acordo com o número divulgado pela polícia. Aproximadamente 337 municípios registram atos contra a presidenta (G1, 2016). Na ocasião foi reivindicada a prisão de Lula e a investigação da Lava-Jato apoiada pelos manifestantes.

Acerca da cobertura midiática das manifestações que apoiavam o *impeachment*, Becker *et. al.* (2016) sinaliza que essa foi empregada em prol da manobra política convergente com essa posição, de modo a atribuir uma repercussão menor aos movimentos favoráveis à presidenta, enviesando a opinião pública. Destaca-se ainda que o protesto contra a corrupção não se direcionava exclusivamente aos petistas, mas a toda a classe política do país, envolvida em inúmeros escândalos dessa natureza. Retomando o período de Goulart, pode-se mencionar, por fim, a Marcha da Vitória no Rio de Janeiro, realizada no dia 2

de abril de 1964, em continuidade à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O movimento foi financiado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); por Magalhães Pinto, banqueiro e governador de Minas, e pelo governador Carlos Lacerda. Comemorava-se o sucesso do golpe e o início do novo regime. De acordo com os veículos de comunicação da época, um milhão de pessoas fizeram parte do ato. Após o fim do processo de impeachment, o qual retirou Dilma do poder e empossou Temer como presidente, algumas manifestações foram promovidas a favor e contra ambos os lados.

A influência das manifestações populares para o golpe de 1964 e para o dito *impeachment* de 2016 é inegável, na medida em que legitimou os caminhos políticos planejados pela oposição ao governo vigente. Em uma democracia, a voz do povo, de fato, deve ser soberana e ter o poder máximo. O grande problema é que a mesma só é ouvida quando atende aos interesses da classe dominante, não se manteve forte durante a ditadura, enquanto parece inaudível no governo de Temer.

1º de abril de 1964 e 31 de agosto de 2016 representam datas históricas para o Brasil. Registram o dia em que o presidente Goulart e a presidenta Dilma, legalmente eleitos, foram destituídos do cargo. Embora o primeiro deles se caracterize pela intervenção militar e início de um regime ditatorial, alguns dos jornais da época noticiaram o episódio apoiando o ato. A título de exemplo, pode-se mencionar a manchete da primeira página do jornal “O Dia” em 3 de abril, que foi “Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo”.

João Goulart foi deposto por meio de grande articulação entre as classes dominantes. O governo defendia os interesses nacionais, como a reforma agrária, encampação de empresas estrangeiras, defesa dos interesses da classe operária. Estes foram motivos propulsores para gerar descontentamento da elite orgânica<sup>1</sup>, representantes do capital nacional e estrangeiro, e consequentemente instaurar a Ditadura militar que durou cerca de 21 anos. A arquitetura do golpe tem participação da classe média e dos setores mais conservadores da sociedade, representados pelos empresários e militares. Há a prerrogativa de restrição aos direitos dos trabalhadores, o que Mello (2016) considera como golpe de classe.

Ainda segundo o autor, os militares e a elite brasileira promoveram um atentado contra a democracia, contra a Constituição e ao Estado democrático de direito. Em 1964 inverteram a lógica do sentido e defenderam o golpe civil militar como proteção da democracia contra o comunismo. Os trabalhadores brasileiros foram prejudicados com a redução de salários, perda de estabilidade no emprego, intervenções nos sindicatos, criminalização de greves e punições aos grevistas. O arrocho salarial era vetor importante para o modelo de crescimento econômico e investimentos. Durante os 21 anos de ditadura, em termos reais, o salário mínimo desvalorizou cerca de 50% do seu valor. Além de haver a criminalização dos trabalhadores e setores sindicais, a liberdade de expressão, direitos humanos, direitos à cidadania foram interrompidos.

O processo alegado contra Dilma, o de impeachment, consiste na verificação de responsabilidade política do Presidente da República. Não cabível para destituir a figura presidencial por impopularidade, crise econômica ou falta de representatividade no Congresso. Somente em casos onde há comprovação de crime de responsabilidade fiscal, onde ocorre conduta criminoso no exercício do cargo. (BERCOVICI, 2016).

Segundo Santos (2017), assim como no projeto de Goulart, o primeiro mandato de Dilma buscou manter a transferência de renda dos setores mais ricos da sociedade para os mais carentes, sustentando a política de governo idealizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas gestões anteriores. A elite e os empresários, vêem a presidenta intensificar projetos sociais como o Minha Casa Minha Vida e ficam temerosos devido à crise do cenário internacional. Porém, ao setor financeiro, não houveram perdas significativas, mantendo elevado os lucros dos rentistas. Ainda de acordo com autor, a prática de ônus e bônus concedidos pelo governo trouxeram controvérsias dentre os apoiadores e até dentro do próprio partido.

O início do golpe ocorre no dia 29 de outubro de 2015, quando é lançado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), partido do vice-presidente Michel Temer, um programa de governo

---

<sup>1</sup> A elite orgânica é o conjunto de agentes políticos-ideológicos especializados no planejamento estratégico e ação política de classe e no nível político da estrutura econômica, cuja ligação ocorre por meio de grupos sociais será estabelecida sua “qualidade orgânica”. (HOEVELER, 2015).



chamado “Uma ponte para o futuro”. O plano previa o corte de direitos de trabalhadores, aumento de idade para aposentadorias, inviabilizar os direitos universais de acesso aos serviços públicos. Em discurso na ONU, Temer defendeu o impeachment da presidenta e alegou que o processo somente ocorreu pela negação do governo em acatar as propostas apresentadas pelo plano peemedebista:

Há muitíssimos meses atrás, nós lançamos um documento chamado 'Ponte para o Futuro' porque verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento [...] Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República. (TEMER, 2016)

Novamente é possível estabelecer o paralelo entre Goulart e Dilma: em 1961, os militares não aceitavam a posse do vice-presidente eleito pelo voto popular e em 2015 a oposição composta pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Popular Socialista, Democratas (DEM), entre outros partidos inconformados propõe o impeachment. Em 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceita o pedido de impeachment contra a presidenta, acusando o governo de crime de responsabilidade fiscal, popularmente conhecido como “pedaladas fiscais”. No dia 26 de março o governo do PMDB se retira do governo e no mês seguinte, em 17 de abril, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório favorável ao impedimento com 367 votos a favor e 137 contra. Em 12 de maio, o Senado Federal aprovou o processo que sentenciou o afastamento da presidência.

A finalização do processo de impeachment se aproxima e Dilma, no dia 29 de agosto, faz seu discurso de defesa ao Senado:

Jamais atentaria contra o que acredito ou praticaria atos contrários aos interesses daqueles que me elegeram. Nesta jornada para me defender do impeachment me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade. Até porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros

Durante sua fala, Dilma faz um panorama do governo e destaca que o impeachment não se justifica, sendo apenas resultado do descontentamento da base conservadora ao resultado legítimo das urnas, um verdadeiro desrespeito ao eleitor “não luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não tem caráter, princípios ou utopias a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar”. A então presidenta prossegue apontando que o processo que tem sofrido em muito se assemelha ao vivenciado por Vargas, JK e Goulart, evidenciando “no passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito”

Apesar do apelo de Dilma ao Congresso, o impeachment se efetiva dois dias depois, em 31 de agosto, por 61 votos favoráveis e 20 contrários. A tese de que cometera crime de responsabilidade fiscal foi aprovada. A pedido dos aliados de Dilma, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, acatou o pedido da divisão na votação do processo, para decidir pela perda do mandato e inabilidade política. Por 42 votos a 36 o Senado foi contrário à inabilitação de Dilma para os cargos públicos e sua inelegibilidade, podendo concorrer a cargos políticos normalmente. Michel Temer, com a decisão, é comunicado oficialmente e toma posse três horas após a cassação.

Na figura de ex-presidenta, Dilma é entrevistada por jornais estrangeiros no Palácio do Alvorada e declara:

Acho estranhíssima essa dupla votação. Vota uma vez de um jeito e outra vez de outro. Em Minas Gerais, ficaríamos desconfiados, somos um povo muito desconfiado. Mas nem sempre a estrada dos votos é uma estrada de ferro, retinha. Ela é muito tortuosa [...] O maior contrato que existe é entre o governo e seu povo, e ele é rompido de todas as formas. O fato gravíssimo é que me condenaram à pena de morte política, a maior que um brasileiro ou brasileira pode ter. A democracia foi julgada comigo, e infelizmente nós perdemos (ROUSSEFF, 2016).

A democracia perdeu voz e vez em 1964 e novamente em 2016, a esse respeito Santos (2016) adverte:

Em certo sentido, o golpe atual é pior que o de 64, pois tem um compromisso antinacional e reacionário muito mais violento que o dos militares daquela época. Estes tinham uma seção autoritária, mas comprometida com interesses nacionalistas. Não é o caso agora. Cerca de 90% desse bloco que apoia Temer é profundamente antinacional. Isso não está acontecendo só aqui, vem acontecendo pelo mundo inteiro depois da crise de 2008.

Portanto, não se trata da defesa irrestrita à Goulart ou Dilma, tendo em vista que ambos apresentaram falhas que foram pagas pela população. Trata-se, sobretudo, da validação do voto do povo. A história sinaliza como o golpe civil-militar feriu os interesses das minorias e calou a população. O mesmo cenário tem se repetido, a perda de direitos trabalhistas e previdenciários em detrimento das manifestações contrárias, marcam o início de um retrocesso às conquistas populares. Entre a guerra e a lei, entre o golpe das armas e o de colarinho branco, se faz inadiável a resistência e a luta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio do presente trabalho buscou-se estabelecer a relação entre o governo de João Goulart e de Dilma Rousseff, de modo a evidenciar as semelhanças do contexto político-econômico que justificaram as decisões governamentais tomadas, bem como a implicação das manifestações populares e o processo de destituição do poder. No caso de Goulart, as atividades presidenciais foram interrompidas pelo golpe civil-militar, ao passo que Dilma foi acusada de crime de responsabilidade fiscal e encaminhada para o julgamento de impeachment. Contudo, ao analisar lado a lado ambos os momentos históricos, torna-se possível defender que no cenário atual a democracia também foi golpeada, senão pelas armas, pela retórica jurídica.

A história do país já vivenciou um cenário semelhante e sua repetição sugere um ciclo político voltado para o enfraquecimento da esquerda e, conseqüente manutenção dos interesses conservadores da classe dominante. As manifestações populares são ferramentas valiosas para a participação dos eleitores. Contudo, quando utilizada como manobra para os interesses da oposição não atinge ao seu objetivo máximo, de corromper a corrupção e cobrar que a classe política atue a favor dos cidadãos. O investimento em políticas sociais e na valorização dos direitos das minorias se fragiliza, de modo que a voz do povo novamente passa a ser desconsiderada, ainda que a nação se denomine democrática.

Não se trata da saída de Goulart, mas do início de um regime ditatorial que perdurou por 21 anos. Não se trata da manutenção ou não de Dilma, especificamente, mas do respeito ao resultado das urnas. Não se trata da posse de Temer, mas das ações de retrocesso nas políticas públicas e nos direitos garantidos por lei. Diante desse cenário controverso, não se pretendeu esgotar a discussão, muito menos calar opiniões contrárias, mas sim fomentar o debate e a construção de espaços plurais favoráveis à uma construção política, econômica e social que atenda realmente às necessidades do Brasil, que por seu povo, sua cultura e sua riqueza, tem alto potencial de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil* – 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ALMEIDA, Mario A. *A política econômica do governo João Goulart: Restrições estruturais e vetos políticos*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2010.

BERCOVICI, Gilberto. Disponível em: [http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/10/Parecer\\_Impeachment\\_Bercovici.pdf](http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/10/Parecer_Impeachment_Bercovici.pdf)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos . O Governo Dilma Frente ao 'Tripé Macroeconômico' e à Direita Liberal e Dependente. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 95, p. 5-14, 2013.

CAGNIN, Rafael Fagundes et al. “A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012)”. *Novos Estudos*, 97, nov/2013, p. 169-185

CORREIO DA MANHÃ. Declara Teixeira Lott: liberdade constitucional deve ser mantida no país a qualquer preço. Rio de Janeiro, 1961.

CORSI, Francisco Luiz et al. *Os Dilemas atuais do Brasil e da América Latina*, Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO, Editorial: Não bastam boas intenções. 29/08/1961. Acesso em: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_29ago1961.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29ago1961.htm)

FOLHA DE SÃO PAULO, Mercado: “Lula diz que governo precisa anunciar medidas para justificar saída de Levy”. 20/01/2016. Acesso em: <http://m.folha.uol.com.br/mercado/2016/01/1731484-lula-diz-que-governo-precisa-anunciar-medidas-para-justificar-saida-de-levy.shtml>

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart. *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP, v. 34, n. 1(93), 2004, p. 587-622.

FONSECA, P.C.D. e MONTEIRO, Sérgio M. Credibilidade e populismo: a política econômica dos governos Vargas e Goulart. In: *Revista brasileira de economia*, Rio de Janeiro, n.2, v.59, abr/jun 2005, p. 215-243.

G1. São Paulo: Organizações Globo, [2016]-. Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contragoverno-dilma-ocorrem-pelo-pais.html> / >. Acesso em: 5 jun. 2017.

GOULART, João (1918-1976) Discurso de posse de João Goulart na Presidência da República no Regime Parlamentarista, p. 9-10 in: MARCELINO, W.B. (org.). *Discursos selecionados do presidente João Goulart / organização de Wanielle Brito Marcelino*. - Brasília : FUNAG, 2009

HOEVELER, R. C. . O conceito de elite orgânica transnacional em René Dreifuss e o caso da Comissão Trilateral. In: *Marx e o marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, 2015, Niterói-RJ. *Anais do Marx e o marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, 2015.

JORNAL DO COMERCIO, 12/02/2016. Jucá cobra corte de gastos para aprovação da CPMF. Disponível em: [http://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2016/02/economia/481623-governo-federal-adia-paramarco-anuncio-de-corte-de-gastos.html](http://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/02/economia/481623-governo-federal-adia-paramarco-anuncio-de-corte-de-gastos.html)

JORNAL O GLOBO, 11/01/1963, p.1. Editorial “Paz e Concórdia entre os Brasileiros”. Rio de Janeiro, 1963. Acesso em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/opiniaio/apelo-no-fim-do-parlamentarismo-9632396>

LOPES, Mauro. *As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÖWY, Michael. *Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MELLO, Prudente José Silveira. “Há semelhanças entre o Golpe civil-militar de 1964 e o Golpe em 2016?” In: *A resistência ao golpe de 2016* / Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum e Wilson Ramos Filho (orgs.). — Bauru: Canal 6, 2016. 425 p. ; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis)

MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do Governo de João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2011.

MONTEIRO, Sérgio Marley Monteiro. *Política econômica e credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart*. Porto Alegre, 1999.

O SEMANÁRIO. Número 224, p. 4. Coluna: Observatório Econômico. 07/06/1962. Acesso em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=149322&pagfis=4016>

PAULANI, Leda Maria. “Ponte para o abismo”. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 69-76.

PRADO, Camila Gonçalves. *Avaliação Econômica e política da economia brasileira de 1961 -1964: O alcance e os limites dos governos Jânio e Jango*. Monografia – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2013.

ROUSSEFF, Dilma Vana. *Discurso da presidenta Dilma Rousseff em julgamento de impeachment no senado*. In: Capoeira - Revista Humanidades e Letras. Vol.2, nº2, p.4-15, ano 2016.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Democracia impedida*.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

TEMER, Michel. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante almoço ampliado com Empresários e Investidores, promovido pelo Conselho das Américas - Nova Iorque/EUA*. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-almoco-ampliado-com-empresario-e-investidores-promovido-pelo-conselho-das-americas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 03 de junho 2017.

VARASCHIN, Jorge Armindo Aguiar. *Para além do populismo econômico: uma interpretação da política econômica do governo João Goulart (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado– Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2013.